

A subjetividade do pesquisador no método científico

Liliana Liviano Wahba

RESUMO

O artigo visa apresentar alguns princípios junguianos que fundamentam o método de pesquisa hermenêutico simbólico, o qual reúne funções racionais e irracionais, focando na subjetividade do pesquisador, no processamento simbólico e no processo de individuação. Sob a perspectiva crítica de filosofia da ciência, são traçadas algumas intersecções com epistemologias contemporâneas que ressaltam a intersubjetividade, o simbólico e a dimensão histórica e cultural da ciência, distinguindo-se de preceitos positivistas do século XIX. Após um breve panorama da psicologia analítica, são apontadas características do fazer e do pensar do método junguiano e sua inserção no paradigma científico da contemporaneidade. A subjetividade é entendida como intersubjetividade e intrasubjetividade, destacando-se a intuição como função psicológica de acesso ao irracional. Considera-se que a pesquisa dentro do arcabouço junguiano se constitui em uma sabedoria prática que prima pela construção de significados, apoiada pela singularidade do objeto de pesquisa e do pesquisador. A atividade de pesquisa compreende sensibilidade ética e simbólica, atendendo a demandas teóricas e clínicas.

Palavras-chave: pesquisa; processo; simbólico; psicologia analítica; psicologia junguiana.

ABSTRACT

Título: The researcher's subjectivity in the scientific method

This article aims to present some Jungian principles that underlie the hermeneutic symbolic research method. This method combines rational and irrational functions, focusing on the researcher's subjectivity, on symbolic processing and the individuation process. From the critical perspective of philosophy of science, some intersections are drawn with contemporary epistemologies that highlight intersubjectivity, the symbolic and the historical and cultural dimensions of science, distinguishing from positivist precepts of the 19th century. After a brief overview of analytical psychology, the doing and thinking of the Jungian method and its insertion in the scientific paradigm of contemporaneity are pointed out. Subjectivity is understood as intersubjectivity and intrasubjectivity, highlighting intuition as a psychological function of access to the irrational. It is considered that research within the Jungian framework constitutes a practical wisdom and strives for the construction of meaning supported by the uniqueness of the research object and the researcher. Research activity encompasses ethical and symbolic sensitivity, meeting theoretical and clinical requirements.

Keywords: research; process; symbolic; analytical psychology; Jungian psychology.

Sobre os Autores

L. L. Wahba
orcid.org/0000-0002-6316-2010
Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo (PUC-SP) – São
Paulo (SP)
lilwah@uol.com.br

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



Jung é reconhecido como um nome notável na psiquiatria moderna psicodinâmica de início de século XX (Ellenberger, 2023) e como criador de uma corrente dentro da psicanálise – apesar de se diferenciar dela –, a psicologia analítica, de início a ser denominada de psicologia complexa. A breve introdução a seguir oferece o marco conceitual do autor para se entender a atividade de pesquisa construída subjetivamente.

Ele é menos reconhecido como um pensador crítico atento ao desenvolvimento científico de sua época, inserindo-se em epistemologias contemporâneas que ressaltam a intersubjetividade, o simbólico e as dimensões histórica e cultural da ciência. Jung participou do movimento em prol da constituição de uma Psicologia de cunho científico e de caráter unificado, como demonstrado por Sonu Shamdasani (2006), em Jung e a construção da psicologia moderna. Interessado nos avanços científicos da época em distintas áreas de conhecimento, como física, etnologia, religiosidade, simbolismos míticos e estudos alquímicos, Jung considerava que a compreensão de fenômenos psíquicos estava associada ao entorno cultural e à natureza fundamental constituinte do ser humano. Buscava tecer formulações epistemológicas, princípios de universalidade e de interdisciplinaridade, desde seus anos de estudante de Medicina com as Conferências de Zofingia (1896-1899), como palestrante na Universidade de Zurich em 1914 e, em 1934, como professor no Instituto Federal de Tecnologia de Zurich. Shamdasani (2003) expõe que, com os Testes de Associação em Burgöhlzli, Jung estava desenvolvendo um método clínico experimental para o estudo da psicopatologia.

No âmbito social, de acordo com Shamdasani (2003) e Zoja (2005), no século XX a psicologia e suas escolas iriam moldar a vida e as culturas. Progoff (1985) destaca que Jung difundiu uma concepção da natureza cognitiva do ser humano e, de acordo com Barreto (2008), buscou sanar o mal-estar da modernidade, proveniente da consciência limitada e niilista, desarraigada de suas raízes éticas humanistas simbólicas. A psicologia teria uma função educacional.

Trata-se de um pensador que, imbuído do espírito científico de sua época, aplicava rigorosas observações às incursões na dimensão irracional do ser humano, posto que a razão seria sempre, por sua natureza, limitada. Essas incursões extrapolavam a história individual, estendidas à história da natureza humana universal. Projeto ambicioso, certamente, e sujeito a críticas, em sua maioria decorrentes de desconhecimento das premissas de seu autor.

O pensamento pelo qual foi popularmente conhecido o identificava com uma vertente metafísica, sem reconhecer no autor princípios filosóficos que embasam uma compreensão de mundo que não exclui o olhar discriminador, com observação apurada e minuciosa para depreender suas premissas (Wahba, 2017). Ao se referir ao psicóide,

sincronicidade, estudos alquímicos e espiritualidade, enfatizava o prisma de uma realidade simbólica.

A respeito do método científico, segundo Shamdasani (2006), Jung o fundamentou inicialmente na teoria do pragmatismo e do pluralismo de William James, implicando que sempre haveria algo inatingível no conhecimento: as verdades não existem, asserções científicas são transitórias. Jung depois abandonou o pragmatismo, ainda que mantivesse os princípios da sabedoria prática. Barreto (2012) se refere ao princípio filosófico para a psicoterapia em Jung – que pode ser aplicado para a atividade científica – da “sabedoria prática” (p. 56), que visa alcançar a realização da natureza humana, buscada no aqui e agora de cada situação.

A problemática da validação científica subjazia em seus postulados, buscando princípios epistemológicos, por exemplo, ao diferenciar as ciências humanas das ciências naturais, as leis gerais de particularidades individuais. Na obra *Tipos Psicológicos* (1921), empreendeu uma revisão da história do pensamento, com vistas a postular uma psicologia geral, o que acompanharia sua obra. Diante da dificuldade, em função do objeto de estudo ser o próprio ser humano e, dado que a generalização constitui requisito de toda ciência, a Psicologia somente poderia se situar em ambas as vertentes: individual na prática e geral na teoria científica, mantendo um equilíbrio entre ambas. Jung evitava a tendência monística de operar com exclusões a partir de um princípio único.

Este monismo psicológico, ou melhor, monoteísmo, tem a vantagem da simplicidade, mas tem o defeito da unilateralidade. Implica, de um lado, a exclusão da diversidade e da rica realidade da vida e do mundo e, de outro, a praticidade de realizar os ideais do presente e do passado imediato, mas não sustenta uma possibilidade real de desenvolvimento humano (Jung, 1917/1928/1977, §482).

Para lidar com o homogêneo universal e as particularidades heterogêneas da consciência, teorias de tipos psicológicos surgiram com o intuito de compreender algumas características que agrupassem individualidades e modos de processar a consciência e, portanto, possibilitar algumas afirmações de validade geral, isto é, afirmações científicas. O alcance da generalização seria, entretanto, limitado.

Jung via nesse dilema a antiga distinção irresolúvel entre ciências humanas e naturais e, em seus últimos escritos, ele afere que, apesar de não haver garantias de uma explanação certa sobre validades gerais como nas ciências exatas, a Psicologia observa como os processos psíquicos vêm à consciência, subjazendo, portanto, a todas as ciências.

Jung não negava o método experimental, desde que não fosse tomado como assertiva última, distinguindo ainda o método experimental, que estabelece causalidades com questões específicas excludentes, e o método acausal que estabelece relações significativas, constelações inconscientes (Jung, 1952/1978). Roesler (2019) destaca que

Jung denunciou a cisão cartesiana, pela qual a divisão matéria-espírito produziu uma psicologia sem espaço para o sentido, o espiritual e a transcendência. Há, em sua teoria, segundo Papadoupoulos, o pressuposto de conexões significativas entre dimensões arquetípicas e a consciência, requerendo um modo de investigação hermenêutico:

[...] uma vez que a 'conexão significativa' é estabelecida, um certo caminho é criado, um novo contexto é construído, e um processo ativo, uma experiência viva começa, e pode conduzir, gradualmente, à emergência de uma nova conscientização, um senso de propósito, portanto, um novo conhecimento (2006, p. 37).

A caracterização de seu método como uma hermenêutica simbólica endossa a premissa de Penna (2013) de que Jung, ao se afastar dos paradigmas científicos vigentes em sua época, optou por desenvolver uma perspectiva simbólico-arquetípica para compreender os fenômenos da realidade, que integra aspectos dissociados pela unilateralidade e linearidade racionais como: subjetividade/objetividade, razão/espírito, individual/coletivo, pessoal/universal. Essa realidade inclui a fantasia, uma realidade psíquica. Entretanto, a fim de diferenciar o campo científico do metafísico, seria necessário incorporar a incerteza e evitar os dogmas. (Jung, 1932/1979, §746).

A vivência pessoal constitui o cerne de sua obra, de certa forma a verdade consiste na experiência de indivíduos e de grupos, e se não há verdade científica imutável, há a veracidade da subjetividade envolvida, tanto do pesquisador como do campo de pesquisa. Jung buscava estabelecer um modo de investigação da experiência imaginária.

APROXIMAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Surge aqui a pergunta de como diferenciar essa hermenêutica simbólica do misticismo, do qual foi por vezes acusado. Até que ponto seria validado um pensador que tinha tanto apreço pela fundamentação científica de sua teoria? Estudar a teoria junguiana requer atravessar esses limiares, pois seu autor se propôs a cruzar as fronteiras dos fenômenos religiosos. De modo amplo, pode-se dizer que sua teoria se aproxima de postulados modernos sobre ciência e subjetivação. Papadoupoulos (2006) a vê imbuída de premissas científicas abertas ao inesperado, um método de investigação condizente a cada situação e dinâmica psíquica, o que o autor denomina de ignorância socrática. Cabe, portanto, adentrar nos comportamentos humanos que fazem parte de rituais, experiências extrassensoriais, místicas e outras, desde que observadas como fenômenos. Contudo, segundo Papadoupoulos, Jung também por vezes incorria em afirmações categóricas de premissas imutáveis, provocando argumentos contra o caráter científico atribuído a sua teoria.

Esclarecendo tais aparentes contradições, Saban (2023) denomina a atitude científica de Jung de binocularidade estereoscópica, tanto científica pragmática como atenta à

noção de sentido e de numinosidade. Por sua vez, Cambray (2011) endossa que não haveria ambiguidade epistemológica, propondo que Jung estava construindo uma ciência do visionário. Para tanto, introduziu conceitos como psicóide e sincronicidade, "no plano mais profundo, implica o padrão de quebra espontânea de simetria que permitiu que nosso universo venha a existir; esse é o padrão que leva à psique e, ultimamente, esses domínios são inseparáveis, uma hipótese verdadeiramente radical" (p. 118). Essa visão holística de ciência encontra paralelos com a teoria de sistemas complexos adaptativos – por exemplo, formulações de como a mente emerge do sistema corpo/cérebro – e aproximações entre a memória orgânica arquetípica e os estudos atuais de epigenética.

Uma aproximação epistemológica pode ser feita com a descrição dada por Deleuze e Guattari (1997) de ciência régia e ciência nômade. A ciência régia enfatiza o estável, o eterno, o idêntico, o constante, o uniforme, o sólido e fixo; produz leis universais, conceitos abstratos. A ciência nômade é variada e heterogênea, experimental e inventiva, explora metamorfoses, geração e criação; propõe questões sobre se tornar, mais do que ser.

No campo de interação das duas ciências, as ciências ambulantes contentam-se em inventar problemas, cuja solução remeteria a todo um conjunto de atividades coletivas e não científicas, mas cuja solução científica depende, ao contrário, da ciência régia, e da maneira pela qual esta ciência de início transformou o problema, incluindo-o em seu aparelho teorematizado e em sua organização do trabalho. Um pouco como a intuição e a inteligência segundo Bergson, onde só a inteligência possui os meios científicos para resolver formalmente os problemas que a intuição coloca (Deleuze & Guattari, 1997, p. 42-43).

Retorna-se à premissa de uma visão científica abrangente, subjetivada e atenta ao fenômeno, menos compartimentalizada e menos acelerada em vista do imediatismo. Jung propunha que a indagação era dirigida à natureza, e esta devia responder. Ou seja, a resposta é sempre situacional, existencial, particular ao fenômeno observado.

Vale mencionar três autores marcantes para a compreensão epistemológica dessa hermenêutica simbólica, uma filosofia científica subjetivada, contrária à produtividade e à aceleração utilitarista, o que Jung criticava no racionalismo positivista. A psicologia complexa se apresentava contra a fragmentação das ciências buscando a síntese do conhecimento. Ortega y Gasset denuncia a barbárie do especialismo, caracterizado por estreiteza mental:

Mas se o especialista desconhece a fisiologia interna da ciência que cultiva, muito mais radicalmente ignora as condições históricas de sua perduração, isto é, como

devem estar organizados a sociedade e o coração do homem, para que possa continuar havendo investigadores (1930, p. 56).

A este respeito, a filósofa Isabelle Stengers (2018) destaca a desaceleração da ciência (slow Science), pois a ciência da produção a serviço do capital falha em refletir sobre consequências futuras. Um exemplo seria a prevalência da quantificação nas publicações, em detrimento da qualidade. A autora ainda refere a uma inteligência coletiva que conecte diferentes modalidades de saberes.

Nosso interesse pragmático e empírico seria de cultivar, junto com aqueles em quem confiamos, uma arte informada de deslealdade, a arte de dismantelar discretamente hábitos acadêmicos, de confundir o olhar dos inquisidores, de regenerar modos de honrar tudo o que nos faz pensar, sentir e imaginar (Stengers, 2018, p. 132).

Em termos filosóficos, a leitura de Merleau-Ponty (1945-1999) abre vias de reflexão a respeito do que se entende por irracional em ciência. Ele propõe indagar o que vemos e o que são as coisas do mundo, sem separar a percepção da experiência: “São as coisas mesmas, no fundo de seu silêncio, que ele [filósofo] quer conduzir à expressão” (p. 18). O fundo do silêncio, a pesquisa do inconsciente – o desconhecido –, seria a pedra fundamental da obra junguiana, aplicada tanto à pesquisa como à clínica. A indagação da realidade incluindo a fantasia, o imaginário.

A FUNÇÃO DO IRRACIONAL NA CIÊNCIA E A INTUIÇÃO

Sobre o racionalismo e a epistemologia científica, podemos citar alguns autores que, a partir de fundamentações distintas, convergem na primazia da dimensão tida como irracional em ciência. Assim, Wagensberg (1990) acentua a imaginação como função científica:

Não há inconveniente em admitir que a ciência é uma ficção da realidade, que fazer ciência consiste em propor à natureza uma ficção, para ver se esta é compatível com tal ficção. E, para provermos de imagens, há de se apelar para a imaginação. É a imaginação científica (p.10).

Um campo profícuo na pesquisa do irracional e do imagético, citado por Roesler (2010), se dá no âmbito das neurociências. Reúne neurocientistas como Solms (2015), Damásio (2005) e Schore (2003), que admitem processos inconscientes em estruturas de memória implícita. Tais autores descrevem níveis escalonados de complexidade nos quais sistemas neurais vão modulando a regulação do eu. Cozolino (2017) faz a ponte entre neurociência, psicoterapia e linguagem, arguindo que mediante o trabalho psicoterapêutico há mudanças em circuitos neurais. A este respeito, Jung foi pioneiro em oferecer um instrumento de pesquisa para acessar o inconsciente, mediante o

experimento de Associação de Palavras, do qual derivou sua teoria dos complexos, assim como foi pioneiro na concepção do organismo psicossomático e no estudo semântico de linguagem operando nos complexos familiares.

Nesses exemplos conjugam-se as funções superiores racionais e as inferiores irracionais. O irracional não seria propriamente antirracional, mas “extrarracional”, ou seja, opera além da razão (Jung, 1921/1974, §774). Aqui, Jung (1917/1928/1977, §483) atribui a Bergson ter defendido o irracional, a fim de impedir a psicologia de estagnar. Plaut se refere às funções irracionais, intuitivas, espontaneamente emergindo do inconsciente para depois serem formatadas, assimiladas pela consciência (Samuels, 2010). A maior descoberta é acreditar em algo que não se pode ver, necessitando independência das impressões sensoriais e perceptivas.

Ou seja, Jung resgatou na ciência a intuição como uma função da consciência, a qual é ativada particularmente na fantasia criativa e no adentrar da dimensão inconsciente. Esta função foi incorporada na teoria dos tipos psicológicos e dos arquétipos como “formas inatas de intuição” (Jung, 1928/1978, §270).

Pilard (2015) esmiuça a função intuitiva do pesquisador como parte do método de pesquisa. A autora retoma a leitura que Jung fez de Bergson: fonte de insight intuitivo com que o inconsciente informa a mente consciente. Segundo Jung, seu método construtivo correspondia ao método intuitivo de Bergson (Beebe & Falzeder, 2013,).

A PSICOLOGIA ANALÍTICA NA PESQUISA

A partir dos pressupostos apresentados, pode-se esboçar o diálogo com o fazer propriamente dito, o que fazemos como pesquisadores na universidade. O espaço de reconhecimento da psicologia analítica nas universidades tem crescido, particularmente no Brasil. Nos anos noventa, Tacey (1997) identificava a resistência a Jung em decorrência do discurso platônico universal, na contramão do discurso científico. As grandes narrativas arquetípicas e o essencialismo estariam excluídas dos estudos contemporâneos do feminismo, do pós-colonialismo, do racismo e dos estudos culturais, impulsionando o desconstrutivismo como modelo vigente. A dificuldade de introduzir a teoria junguiana na universidade devia-se, em grande parte, à reatividade desta, por considerar a teoria anticientífica, com um halo esotérico carente de fundamentação empírica. Por parte dos junguianos clínicos havia a resistência de eliminar o numinoso não passível de escrutínio.

Uma mudança epistemológica se daria, como esclarecem Tacey (1997), Papadopoulos (1997, 2006) e Cambray (2011), com uma visão mais abrangente da ciência e a abertura para a pesquisa qualitativa nas ciências humanas e sociais,

descobrir o valor da narrativa unindo o individual e o coletivo, explorando a narrativa mítica, o imaginário. A experimentação e os métodos causalistas determinísticos seriam acrescidos de pesquisas apoiadas em estruturas amplas de significado. A pesquisa estaria integrada a modos de viver.

De modo semelhante, Main (2008) percebe Jung como psicólogo qualitativo, aportando um desafio contemporâneo à psicologia quantitativa positivista. A linguagem nos seus escritos processa a construção de significados, a diversidade e multiplicidade, as perspectivas subjetivas e a coexistência de sujeito e objeto. A subjetividade é vista como recurso que inclui o racional e o irracional a fim de configurar um sentido. Para isso, há de se incluir a intersubjetividade e a intrasubjetividade.

Autores pós-junguianos como Roesler (2019) e Knox (2001) veem a psicologia analítica se desenvolvendo mediante questionamentos que incluem a ciência contemporânea. Não significa destruir o numinoso, mas renunciar ao apego e à seletividade assumindo certo ceticismo. Jung alerta contra extremos dogmáticos, psicologicamente incorrendo em identificação com a psique coletiva, o desejo de mergulhar no “oceano da divindade” (Jung, 1917/1928/1977, §476), o que vale também para o desejo de aquisição de conhecimento. Essa postura inclui desmontar figuras de referência, ou seja, trata-se de ultrapassar a reverência a autoridades e a asserções imutáveis, no dizer de Ellenberger (2023), demover o culto ao herói.

Investigar fenômenos, seguir pistas e submetê-las a verificação era considerado importante para Jung. A acepção de verificação, entretanto, incluía a expressão psíquica, a realidade da psique em sua total abrangência.

O QUE PESQUISAR

A pesquisa pode atender a causas e efeitos gerais em populações, mas não se reduz a essa faceta, pois, retomando as premissas de Jung (1915/1982, §391), há um modo de compreensão analítico-redutivo causalista e um modo de compreensão prospectivo e construtivo. O primeiro busca leis gerais, o segundo assinala processos.

Na prática, trata-se da distinção entre métodos qualitativos e quantitativos, estes últimos possibilitando generalização, quando realizados com populações amplas o suficiente e randomizadas, e quando procuram análises populacionais descritivas. Ao aplicar técnicas ou observar operacionalidade, a distinção entre eficácia e efetividade distingue os métodos quantitativos dos qualitativos, as grandes amostras dos discursos singulares. Nas palavras de Hillman (1984, p 186): “a arte da memória mostra que o reino imaginal se apresenta com exatidão e, para manejá-lo, é necessário precisão qualitativa”.

Os discursos singulares requerem compreensão psicológica. Compreensão entendida por Jung em termos de “algo que é apreendido ao se tornar vivo e criativo, uma e outra vez, em nossa própria experiência” (1915/1982, §398).

Assim devemos considerar também a psique humana. Somente de um lado é algo que veio a ser e, como tal, sujeita ao ponto de vista causal. O outro lado está em processo de tornar-se e somente pode ser apreendido sintética ou construtivamente. O ponto de vista causal somente pergunta como esta psique se tornou o que é, como o vemos hoje. O ponto de vista construtivo pergunta como, a partir desta psique atual, uma ponte pode ser construída para seu próprio futuro (Jung, 1915/1982, §399).

A compreensão psicológica criativa e vital, vinculada à experiência subjetiva, no processo de “tornar-se”, como proposto por Jung, abre o horizonte de pesquisa clínica, na qual convergem ambos os campos analíticos: a clínica psicoterapêutica e a pesquisa científica. A pesquisa pode esmiuçar vertentes epistemológicas de aprofundamento teórico ou práticas constituintes de uma clínica ampliada de ação social, que responde a demandas coletivas atuais.

Hillman (1984) se referia ao pathos, a patologia, a psique humana em seu lugar no mundo, trazendo histórias de significado nas quais a patologia, como sofrimento da alma, está intrinsecamente inserida, gerando sentidos e moldando experiências. A psicopatologia é re-imaginada com olhar mítico, evocando a arte da memória. Cultiva-se a consciência imaginativa. Portanto, o estudo da psique, dos transtornos e dos sofrimentos psíquicos tem um cunho antropológico.

A SUBJETIVIDADE DO PESQUISADOR

A dicotomia sujeito-objeto seria outra revisão das epistemologias críticas ao positivismo, para o qual a ciência precisava restaurar a subjetivação. De acordo com Morin (2014), o sujeito havia se tornado invisível no paradigma da objetivação e da explicação, perdendo-se o elo entre produto e produtor. A psicologia analítica não poderia se furtar a esta discussão científica essencial. Perante a dualidade objetivo-subjetivo ou nominalismo-realismo, Jung propôs uma combinação no processo psicológico, o esse in anima, constituinte da realidade viva, pois só podemos perceber imagens formadas em nossa mente; seria esta a entrada para a magnitude e a pujança da formulação simbólica em sua teoria. Hauke (1998) retraça as descobertas no campo da física quântica no século XX, cujos conceitos como probabilidade, relatividade e incerteza demoliam a imutabilidade e reconheciam-se a influência do observador sobre o fenômeno observado, ou seja, o sujeito contribuía para construir a realidade. O estudioso de paradigmas científicos Thomas Kuhn (1981/1973) estabelece alguns critérios de objetivação, mas entende que, de fato, serão referendados pela valoração subjetiva do pesquisador,

dependendo de características pessoais e da inserção histórica.

Posto que todo conhecimento é sujeito à constelação psicológica subjetiva do investigador, Jung (1921/1974, §9) traz o conceito de equação pessoal – iniciado na astronomia e retomado na psicologia por William James (Shamdasani, 2003) –, denotando a existência de uma subjetividade inerente a todo ponto de vista. “Por fator subjetivo eu compreendo aquela ação psicológica de reação que se funde ao efeito produzido pelo objeto e, assim, dá origem a um dado novo” (Jung, 1921/1974, §622). A subjetividade pode ser compreendida na perspectiva de Merleau-Ponty (1945/1999) sem separação dicotômica eu-mundo, pois estamos nela inseridos mediante um corpo expressivo de sentidos. O mundo fenomenal é apreendido na experiência; um objeto ou um ser passa a existir para nós, segundo o autor, em grande parte pelo desejo e pelo amor.

A atividade científica, em suma, se insere no processo de individuação, cerne da teoria junguiana: o desenvolvimento de potencialidades ampliando a consciência de si de modo integrado. Romanyshyn (2007) credits à subjetivação do pesquisador um componente de entrega ao inconsciente que se constitui como sua ferida, inerente a toda pesquisa empreendida com motivação genuína. *Re-search*, denota, segundo o autor, uma procura de alguma conexão perdida da alma, metaforicamente, o reencontro do mundo, a descoberta do novo e a recuperação de um modo de habitar.

A PESQUISA JINGUIANA E A HERMENÊUTICA DOS SÍMBOLOS

A noção da função simbólica é fundamental no método junguiano. Longe de constituir um manual de interpretações, esta noção é sempre processual e envolve a situação na qual emerge o simbólico, requerendo do eu uma atitude simbólica de apreensão de sentidos. Há aqui um pressuposto estrutural, que, para Jung, apoia-se na teoria dos arquétipos que, em si, constituem pura abstração, um modo de nomear aquilo que subjaz à modulação universal da psique de seres humanos, por sua vez, um contínuo na escala da evolução. Ocorre, no entanto, o equívoco de atribuir uma personificação ou um determinismo de ideação ou de ação aos arquétipos. Estes seriam somente princípios organizacionais que embasam distintas manifestações conforme o meio histórico-cultural e a experiência pessoal. Compreende-se o substrato arquetípico como um fato emergencial contextualizado conforme o momento de sua manifestação.

O assinalamento coletivo na formulação da teoria arquetípica responde, em parte, à busca enunciada de alguns componentes identificáveis para uma teoria geral e universal em psicologia vinculada, entretanto, ao momento histórico e sua leitura simbólico-existencial.

A leitura dos fenômenos e a ação de pesquisa dentro dessa perspectiva conjugam o ego – centro da consciência –

e o desconhecido – inconsciente – sem uma entrega às cegas ao irracional, o que constitui a essência do processo denominado de função transcendente, a operação que possibilita uma mudança de atitude, uma nova perspectiva mediadora entre instâncias opostas. A mediação é possibilitada pela emergência de produtos espontâneos da psique, os símbolos, que constituem a melhor expressão possível de algo relativamente desconhecido (Jung, 1916/1958/1978).

Jung enfatizou uma função prospectiva teleológica e simbólica, mas não deixou de assinalar o componente regressivo, as fantasias infantis que não produzem transformação e que necessitam serem trabalhadas. Em pesquisas, esse enviesamento se dá por meio da interpretação unívoca de símbolos – paradoxalmente reduzidos a explicações –, assinalando frequentemente um movimento regressivo de inconsciência do pesquisador envolvido, aferrado a ideias e proposições imutáveis.

Adams (2004) e Colman (2006) são autores pós-junguianos que diferenciam, na prática clínica, diferentes tipos de fantasia e, este último, assinala a distinção entre imaginação e imaginário, em que a imaginação autêntica necessita se defrontar com a falta, sem escapismos ilusórios onipotentes que procuram evitar a constatação da própria fragilidade.

Quanto à noção de arquétipo, atualmente, tem-se empregado mais a adjetivação de arquetípico, entendido como a condição humana universal vinculada a emoções básicas, como o amor, a agressividade e o medo. Contudo, não há pesquisa que permaneça nesse estrato de abstração – a não ser que seja uma revisão teórica – sem se vincular a complexos pessoais ou coletivos. Um exemplo seria uma pesquisa que aborde o vínculo mãe-bebê, cujo substrato universal é a maternagem, seja ela presente ou ausente, delimitando uma problematização de cunho sociocultural, como se apresenta a maternagem em determinada época ou local, ou individual-clínico, o que ocorre com a maternagem em determinada família ou díade, quais teorias se agregam, por exemplo, a teoria do apego. O componente simbólico se apresentaria na narrativa dos participantes da pesquisa, ou seja, qual o sentido emergente, qual a tessitura dessa narrativa, como se ressalta a subjetividade e quais imagens e comportamentos a compõem.

Algumas pesquisas, quando usam leitura imagética, amplificação e analogias, lidam diretamente com símbolos. Entretanto, toda realidade é simbólica e faz parte da interpretação auferida às informações de algum modo, mais ou menos direto (Wahba, 2017).

A ÉTICA DO CONHECIMENTO

Jung é um pensador que enfatizava a fundamentação ética do conhecimento. No volume 10/2 das Obras

Completas, com maioria de escritos após a Segunda Guerra Mundial – e a catástrofe que resultou da ciência aplicada ao terror –, essa ênfase ética é ressaltada, vinculando a consciência individual e comunitária. Entretanto, esse tema aparece desde os primeiros textos do autor, por exemplo, quando descreve o procedimento da imaginação ativa com suas vertentes estética e compreensiva, às quais não pode faltar o componente de responsabilidade ética, ou seja, o que se faz com o que se descobre a respeito de si.

Na atividade científica, se faz necessária uma profunda consciência do presente e do porvir, com cautela para inovações e descobertas científicas pouco avaliadas, impregnadas da neurose contemporânea da falta de sentido. Em “Presente e futuro” (1956/1978), Jung denunciava a massificação do método estatístico acompanhando o *homo consumericus*, sujeito ao hiperconsumo e à massificação. Ou seja, os sistemas impessoais que imperavam no domínio social, o mercado e as técnicas, também dominariam os sistemas de produção de conhecimento. A fim de testar convicções, que, segundo Jung, arriscam tornar-se autodefesas rígidas que bloqueiam a vitalidade, o reconhecimento da *Weltanschauung* (filosofia de vida) seria essencial (Jung, 1946/1977).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um método junguiano de pesquisa que seja coerente com a epistemologia da psicologia analítica/junguiana atende ao princípio de indagação de processos e seu sentido, sua abrangência, sua situação no mundo, os confrontos e oposições, assim como o delineamento de um porvir. Nesses determinantes, a fantasia, a imaginação criadora e a ativação da função intuição, permeadas por símbolos que representam a possibilidade de confluência do inconsciente com o consciente, aliam-se à observação apurada e à classificação do que é observado. Este método tem intersecções com epistemologias que realizaram a revisão de preceitos positivistas do século XIX, guardando suas particularidades dentro de construtos como processamento simbólico e processo de individuação. Portanto, ainda que seja pertinente à teoria que o embasa, pode ser de utilidade para outras teorias que lidem com a subjetivação e o campo simbólico como abertura ao inexplorado. Quanto à função transcendente, ela ocorre, seja ou não nomeada, em toda atividade de pesquisa, pois, em última instância, é entendida como a ponte entre o conhecido e o desconhecido – chame-se ou não de inconsciente. Poderá se aplicar o método qualitativo ou misto, que favorece configurar um retrato, um panorama do fenômeno pesquisado, seguido de um aprofundamento simbólico do objeto de pesquisa. Método etnográfico, estatístico, hermenêutico, estudo de caso clínico, leitura de narrativas, de produção imagética, são recursos disponíveis. A pesquisa se caracteriza por uma busca que transita entre o racional e o irracional, para a qual as

respostas encontradas serão metaforizadas nas hermas do caminho que apontam para novas buscas. Soluções perante o sofrimento se fazem necessárias, alianças e interdisciplinariedade, atenção a indivíduos, famílias, populações, especialmente ao lidar com abusos, traumas, vulnerabilidades, transtornos.

A subjetividade do pesquisador atende à proposta da pesquisa, evita a autorreferência, disponibiliza-se para a escuta do outro, é uma junto ao objeto de pesquisa e os participantes dela. A escuta externa é acompanhada da interna, o processo se desdobra na interioridade simbólica construindo significados no entremear entre o visível e o velado. O pesquisador também se descobre, à medida que se dispõe a enfrentar o desconhecido.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

A autora declara que não há conflitos de interesses neste artigo.

REFERÊNCIAS

- Adams, M. V. (2004). *The Fantasy Principle: Psychoanalysis of the Imagination*. Brunner-Routledge.
- Barreto, M. H. (2008). *Símbolo e sabedoria prática. C. G. Jung e o mal-estar da modernidade*. Loyola.
- Barreto, M. H. (2012). *Pensar Jung*. Loyola.
- Beebe, J. & Falzeder, E. (Eds.). (2013). *The Question of Psychological Types. The Correspondence of C.G. Jung and Hans Schmid-Guisan, 1915-1916*. Princeton University Press.
- Cambay, J. (2011). Jung, science, and his legacy. *International Journal of Jungian Studies*, 3(2), 110-124. <https://doi.org/10.1080/19409052.2011.592718>
- Colman, W. (2006). Imagination and the imaginary. *Journal of Analytical Psychology*, 51(1), 21-41. <https://doi.org/10.1111/j.0021-8774.2006.00570.x>
- Cozolino, L. (2017). *The Neuroscience of Psychotherapy: Healing the Social Brain*. WW Norton & Co.
- Damásio, A. (2005). *Descartes' Error: Emotion, Reason, and the Human Brain*. Penguin Books.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* (Vol. 5.). Editora 34.
- Ellenberger, H. F. (2023). *A descoberta do inconsciente: História e evolução da psiquiatria dinâmica* (P. S. Souza Jr. Trad.). Perspectiva.
- Hauke, C. (1998). Jung, modernity and postmodern psychology. In: I. Alister, & C. Hauke (Eds.), *Contemporary Jungian Analysis* (pp. 287-298). Routledge.
- Hillman, J. (1984). *O mito da análise: três ensaios de psicologia arquetípica*. Paz e Terra.
- Jung, C. G. (1982). The Psychogenesis of Mental Disease (§388-424). In *Collected Works of C. G. Jung* (Vol. 3). Princeton University Press. (Obra original publicada em 1982).

- Jung, C. G. (1958/1978). The Structure and Dynamics of the Psyche (§131-193). In *Collected Works of C. G. Jung* (Vol. 8). Princeton University Press. (Obra original publicada em 1916).
- Jung, C. G. (1928/1977). Two Essays on Analytical Psychology (§442-521). In *Collected Works of C. G. Jung* (Vol. 7). Princeton University Press. (Obra original publicada em 1917).
- Jung, C. G. (1974). Psychological Types. In *Collected Works of C. G. Jung* (Vol. 6). Princeton University Press. (Obra original publicada em 1921).
- Jung, C. G. (1978). The Structure and Dynamics of the Psyche (§263-282). In *Collected Works of C. G. Jung* (Vol. 8). Princeton University Press. (Obra original publicada em 1928).
- Jung, C. G. (1979). Freud and Psychoanalysis (§745-767). In *Collected Works of C. G. Jung* (Vol. 4). Princeton University Press. (Obra original publicada em 1932).
- Jung, Carl Gustav (1977). The Practice of Psychotherapy (§175-211). In *Collected Works of C. G. Jung* (Vol. 16). Princeton University Press. (Obra original publicada em 1946).
- Jung, C. G. (1978). The Structure and Dynamics of the Psyche (§816-968). In *Collected Works of C. G. Jung* (Vol. 8). Princeton University Press. (Obra original publicada em 1952).
- Jung, C. G. (1978). Civilization in Transition (§488-588). In *Collected Works of C. G. Jung* (Vol. 10). Princeton University Press. (Obra original publicada em 1956).
- Knox, J. (2001). Memories, fantasies, archetypes: an exploration of some connections between cognitive science and analytical psychology. *Journal of Analytical Psychology*, 46(4), 613-635. <https://doi.org/10.1111/1465-5922.00270>
- Kuhn, T. (1981). Objectivity, value judgment, and theory choice. In D. Zaret, *Review of Thomas S. Kuhn The Essential Tension: Selected Studies in Scientific Tradition and Change* (pp. 320-329). (Original publicado em 1973) <https://www.andrew.cmu.edu/user/kk3n/philsciclass/kuhn.pdf>.
- Main, S. (2008). *Childhood Re-Imagined: Images and Narratives of Development in Analytical Psychology*. Routledge.
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção* (C. A. R. Moura, Trad.). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1945).
- Morin, E. (2014). *La Tête Bien Faite. Repenser la Réforme, Réformer la Pensée* Le Seuil.
- Ortega y Gasset, J. (1930). *A rebelião das massas*. Ridendo Castigat Morales.
- Papadopoulos, R. (1997). Is teaching Jung within university possible? A response to David Tacey. *Journal of Analytical Psychology*, 42(2), 297-301. <https://doi.org/10.1111/j.1465-5922.1997.00297.x>
- Papadopoulos, R. (2006). *The Handbook of Jungian Psychology*. Routledge.
- Penna, E. D. (2013). *Epistemologia e método na obra de C.G. Jung*. Educ.
- Pillard, N. (2015). *Jung and Intuition: On the Centrality and Variety of Forms of Intuition in Jung and Post-Jungians*. Karnac Books.
- Progoff, I. (1985). *Jung's Psychology and Its Social Meaning*. Dialogue House.
- Roesler, C. (2019). Theoretical foundations of analytical psychology: recent developments and controversies. *Journal of Analytical Psychology*, 64(5), 658-681. <https://doi.org/10.1111/1468-5922.12540>
- Romanyshyn, R. D. (2007). *The Wounded Researcher: Research With Soul in Mind*. Spring Journal Books.
- Saban, M. (2023). Two Jungs: Two Sciences? *International Journal of Jungian Studies*, 15(1), 52-72. <https://doi.org/10.1163/19409060-bja10026>
- Samuels, A. (2010). Fred Plaut in conversation with Andrew Samuels. *Journal of Analytical Psychology*, 55(1), 50-73. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5922.2009.01824.x>
- Shamdasani, S. (2003). *Jung and the Making of Modern Psychology: The Dream of a Science*. Cambridge University Press.
- Schore, A. (2003). *Affect Regulation and the Repair of the Self*. WW Norton & Co.
- Stengers, I. (2018). *Another Science is Possible: A Manifesto for Slow Science*. Polity.
- Solms, M. (2015). *The Feeling Brain: Selected Papers on Neuropsychanalysis*. Routledge.
- Tacey, D. (1997). Jung in the academy: devotions and resistances. *Journal of Analytical Psychology*, 42(2), 269-283. <https://doi.org/10.1111/j.1465-5922.1997.00269.x>
- Wagensberg, J. (1990). *Sobre la imaginación científica*. Tusquets.
- Wahba, L. L. (2017). Principe et méthode de la recherche junguienne: Science et sensibilité. *Revue de Psychologie Analytique*, 1(6), 51-68. <https://doi.org/10.3917/rpa1.006.0075>
- Zoja, L. (2005). Carl Gustav Jung como fenômeno histórico-cultural. *Cadernos Junguianos*, 1, 18-31.

Recebido em: 19/09/2024

Primeira decisão editorial em: 02/07/2025

Aceito em: 12/07/2025